

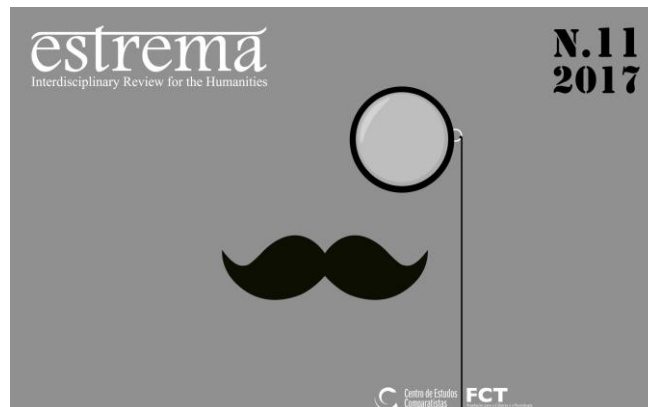
estrema

Revista Interdisciplinar de Humanidades

Interdisciplinary Review for the Humanities

Para citar este artigo / To cite this article:

Agliardi, Delcio Antônio. 2017. “Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal”. *estrema: Revista Interdisciplinar de Humanidades* 11: 1-23.



Centro de Estudos Comparatistas

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Centre for Comparative Studies

School for the Arts and the Humanities/ University of Lisbon

<http://www.estrema-cec.com>

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal

Delcio Antônio Agliardi¹

Resumo: Este ensaio resulta da investigação para a construção de tese de doutoramento em Letras, desenvolvida a partir do tema *Acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)*, distribuídos aos sistemas de ensino, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja delimitação temática vincula-se à leitura literária no processo de escolarização de adultos. A escrita deste trabalho tem como objetivo efetuar análise comparativa e interpretativa de dois programas nacionais recentes de biblioteca escolar. Adota fundamentação teórico-metodológica nos estudos comparados (Franco 1992; Krawczyk 2013), em diálogo com o método de análise documental, visando avaliar as aproximações e os distanciamentos da política educativa de leitura praticada pelo PNBE, no Brasil, e pelo Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE), em Portugal. Toma-se a comparação como forma de interpretação e análise da regulação e da estratégia política de leitura em favor da cultura letrada na educação escolar contemporânea no Brasil e em Portugal. Questões em torno do livro, dos leitores adultos, da leitura e da gestão da biblioteca escolar em rede são sinalizadas neste estudo, em um momento histórico caracterizado pela performatividade (Ball 2013) das políticas educativas em escala global.

Palavras-chave: biblioteca escolar; Brasil e Portugal; política de leitura; leitor adulto.

Abstract: This essay is based on results obtained during the development of a doctoral dissertation in the field of Letters. It focuses on a Brazilian policy called *Acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE* (Collections of the National Program Libraries in School). These collections are distributed to educational systems through a program called *Educação de Jovens e Adultos – EJA* (Education for Young Adults and Adults) whose thematic regards literary reading in the process of adult schooling. The purpose of writing this study is to carry out a comparative and interpretative analysis of two recent national programs regarding school libraries. Theoretical and methodological support is based on compared studies (Franco 1992; Krawczyk 2013) and document analysis method. The goal is to assess the approximation and distance of the educational policy for

¹ Doutor em Letras. Mestre em Educação. Professor do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade de Caxias do Sul - UCS (Brasil). Pesquisador colaborador do Observatório de Educação da UCS. E-mail: daagliardi@ucs.br

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal

reading practiced by PNBE in Brazil and by the *Programa Rede de Bibliotecas Escolares* – PRBE (School Library Network Program) in Portugal. Comparison was used to interpret and analyze the regulation and the political strategy for reading in favor of the literate culture in contemporary school education in Brazil and in Portugal. The study points out some issues about books, adult readers, reading and management of the school library network in a historical moment characterized by performativity (Ball 2013) of educational policies in a global scale.

Keywords: school library; Brazil and Portugal; reading policy; adult reader.

Preâmbulo

Se, por não sei que [...], todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto numa, é a disciplina literária que deveria ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário. (Barthes 2007, 17)

Este trabalho resulta de pesquisa sobre leitura de adultos, desenvolvida a partir dos acervos que compõem dois programas nacionais de biblioteca da escola, considerados pelos Estados proponentes como alavancas para a cultura letrada na educação básica. O Programa Biblioteca da Escola (PNBE), brasileiro, e o Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE), português, foram elaborados pela política pública recente (1996-1997), com vista a enfrentar os problemas de leitura na educação básica. Em vista disso, este estudo, de caráter comparativo e associado à análise documental, tem como propósito verificar aproximações e distanciamentos dessas duas políticas de leitura, desenvolvidas na escola por intermédio da biblioteca.

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal

Diante da abrangência e do significado de dois programas nacionais de leitura, a análise documental comparativa buscou identificar os marcadores que constituem a essência dos documentos, à luz das políticas educacionais internacionais, atualmente influenciadas por agências governamentais e não-governamentais nas áreas da educação e da cultura, em um momento histórico de transformações da sociedade, de impacto causado pela revolução das tecnologias da informação e comunicação, de exigências de domínio da língua materna, de discurso em favor da eficiência das organizações estatais e de configuração da sociedade em rede.

Neste sentido, o presente trabalho busca inspiração nos estudos de Stephen Ball a respeito do ciclo de política. Reconhece que a Modernidade e a Pós-Modernidade atribuíram à escola poderes redentores quanto à alfabetização e à formação continuada das pessoas. O livro, o leitor e a leitura se inscrevem em um contexto sociocultural que tem como marca a diversidade. Portanto, falar de leitura praticada na escola envolve diversas articulações, ao mesmo tempo em que a leitura e a escrita constituem requisitos básicos para que a pessoa possa integrar-se às várias dimensões da vida em sociedade.

O texto está estruturado em quatro subtítulos: (1) Rede de bibliotecas escolares Brasil-Portugal; (2) análise dos dois documentos nacionais em termos de objetivos, problema e metas previstas; (3) os contextos de influência e de regulação da política educativa de leitura, visando destacar resultados percebidos, a partir da operacionalização das estratégias; (4) livros, leitores, investimentos e resultados dos programas no terreno da biblioteca escolar.

1. Rede de bibliotecas escolares Brasil-Portugal

Historicamente, a biblioteca da escola teve suas funções vinculadas ao apoio pedagógico e à pesquisa na educação básica, sobretudo entre os séculos XVIII e XX, período em que ocorreu o fenômeno do alargamento da escolarização da população mundial. Os países desenvolvidos viveram a experiência desse fenômeno por primeiro, depois foi a vez dos países em desenvolvimento. Estudo sobre a historiografia do livro escolar (Magalhães 2011, 23) mostra a articulação entre o complexo do livro e o complexo da leitura, forçando o alargamento do campo bibliográfico em três direções: (a) orientada para a sociologia do livro (formas de acesso, circulação, mediação e animação da leitura, interação entre leitura e escrita); (b) no âmbito da biblioteconomia (livro como produto e como bem econômico); (c) no espaço da bibliografia (versão, composição, tipográfica, autoria).

Outro aspecto referente ao livro é que ele esteve no centro da cultura escolar, tornando-se um ordenador e um meio de transformação da proposta cultural em pedagógica. Nesse contexto, evoluiu da nacionalização dos currículos de alfabetização, em meados do século XIX, por intermédio da criação de cartilhas maternais, em seguida, pela expansão do livro didático, no século XX, e, recentemente, pela circulação híbrida do livro impresso e do digital, estimulando a abertura ao hipertexto. Assim, “sendo a prática escolar, em regra, uma experiência simbólica, diferida e preparatória para a

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
vida, os livros continuam situações-problemas e uma busca de concretização cognoscente” (Magalhães 2011, 30).

No contexto do ensino e da escolarização, emergem as bibliotecas escolares como forma de depósito das coleções (obras literárias e científicas) e impressos didáticos, tornando acessível, aos alunos e aos professores, a consulta e a pesquisa para fins pedagógicos. Nesse sentido, a aprendizagem apoia-se na capacidade que o aluno tem de utilizar a informação disponível na biblioteca escolar e transformá-la em conhecimento.

Ademais, a partir das recentes transformações gerais da sociedade, potencializadas pelo uso das tecnologias da informação e comunicação, a biblioteca escolar assume nova configuração: a de rede. Portanto, este estudo comparativo sobre dois programas nacionais de leitura na escola (PNBE/Brasil e PRBE/Portugal) considera esse aspecto, que influencia as bibliotecas dos sistemas públicos de educação. Uma filosofia de Rede, que implica na constituição de parcerias diretas e indiretas com diferentes agentes e instituições, em convergência com os planos nacionais do livro e da leitura.

Nomeei neste trabalho, como PNBE o texto referente ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (Brasil, 1997) e PRBE o Programa Rede de Bibliotecas Escolares (Portugal, 1996). Ambos os planos encontram-se à disposição na Internet e produzem uma multiplicidade de outros textos, acadêmicos ou não, contendo relatórios, avaliações, base de dados, informações sobre investimentos, conteúdos e formação, relatos de ações, boletins, estudos e discursos. Visando delimitar o presente trabalho, tomar-

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
se-á como material de análise do PNBE a Apresentação, os Critérios de escolha e a distribuição dos acervos, o PNBE Periódicos, o PNBE Temático e o PNBE do professor, o Investimento e a Avaliação. A análise do PRBE contempla a Apresentação, os Recursos, a Formação, a Base de Dados, a Avaliação e as Parcerias.

2. A análise dos documentos: os objetivos, o problema e as metas

Elaborados na mesma década – o PRBE em 1996 e o PNBE em 1997 –, ambos os programas constituem políticas públicas no momento em que a comunidade global discursa a favor da eficiência e da performatividade da iniciativa estatal.

O problema da leitura na escola, no âmbito da cultura letrada, é percebido pelo PRBE do seguinte modo:

Perante a insuficiência de hábitos e práticas de leitura da população portuguesa, afirma-se a necessidade de investir numa política articulada de que fizesse parte o incentivo à utilização do livro nas metodologias de ensino e na organização do tempo escolar, e o desenvolvimento de bibliotecas escolares integradas numa rede e numa política de incentivo da leitura pública mais ampla. (PRBE 1996)

O texto do PNBE tem outra redação, propõe a valorização, a apropriação e o domínio do código escrito, e o investindo na avaliação e na distribuição de livros aos alunos e professores, conforme segue:

A apropriação e o domínio do código escrito contribuem significativamente para o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para que os educandos e educadores possam transitar com autonomia pela cultura letrada. O investimento contínuo na avaliação e

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal

distribuição de obras de literatura tem por objetivo fornecer aos estudantes e seus professores material de leitura variado para promover tanto a leitura literária, como fonte de fruição e reelaboração da realidade, quanto a leitura como instrumento de ampliação de conhecimentos, em especial o aprimoramento das práticas educativas entre os professores. (PNBE 1997)

Porém, se há distanciamentos percebidos no contexto de regulação dos dois programas, eles pretendem o mesmo fim, isto é, incentivar que alunos e professores da educação básica leiam obras de literatura. No PRBE não há referência direta ao livro literário, mas presume-se que, ao asseverar a utilização do livro, está incluso o de ficção.

O PNBE tem na sua Apresentação informações sobre a gestão e as finalidades, a abrangência e os critérios de distribuição dos livros selecionados. Constam como objetivos:

Prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. (PNBE 1997)

Os objetivos do PRBE estão assim definidos:

Instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação em suporte analógico, eletrônico e digital. (PRBE 1996)

Na análise das finalidades dos dois programas nacionais, é possível observar que a ideia central tem foco na criação de condições de acesso à leitura para os alunos de todos os níveis de ensino. Enquanto o PNBE prevê o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica, o PRBE refere-se ao uso e à produção da informação em suporte

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal analógico, eletrônico e digital; uma diferença significativa no contexto da regulação da política de leitura. Assim, as finalidades previstas nos dois documentos se afastam: um texto tem a direção no fornecimento de obras e materiais à escola básica, enquanto o outro mira nos recursos necessários à leitura e ao acesso, no uso do livro pelo aluno e a produção da informação em suportes diversos.

Quanto ao tópico da distribuição de obras às escolas públicas, evidencia-se, na regulação, uma outra distância importante entre os dois documentos. No PNBE, há previsão de distribuição de obras de literatura, de referência, de pesquisa e de materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica por intermédio do PNBE, PNBE do Professor, PNBE Periódicos e PNBE Temático, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura, à formação de alunos e professores leitores, ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. Assim, todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), são atendidas pelo programa sem necessidade de adesão. No PRBE, as escolas apresentam candidatura, sendo selecionadas aquelas que comprovarem melhores condições e projetos consistentes, seja para a instalação, seja para a criação de serviços de biblioteca nos agrupamentos escolares.

O texto do PNBE regulamenta a sistemática de composição dos gêneros literários (obras clássicas da literatura universal; poema, conto, crônica, novela, teatro; texto da tradição popular, romance, memória, diário, biografia, relatos de experiências; livros de imagens e histórias em

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal (quadrinhos) e a forma de distribuição dos acervos de literatura. Nos anos pares são distribuídos livros para as escolas de Educação Infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos anos ímpares, a distribuição ocorre para as escolas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

O PRBE, por sua vez, expressa uma estratégia muito diferente do PNBE, seja pelos acervos, seja pela difusão de informação e de comunicação. O PRBE oferece um conjunto de serviços disponível no portal da Web (blog, newsletter, lista de difusão, redes sociais, plataforma de aprendizagem e catálogos individuais das escolas), e também permite que a escola participe de redes de bibliotecas, com portais e catálogos coletivos. De acordo com o texto do PRBE, a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) deseja que a Biblioteca da Escola se constitua em um espaço agregador de conhecimentos e recursos diversificados, um local de mudança das práticas educativas, no suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento do letramento digital, da informação e das mídias, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania. Por ora, o PNBE regula critérios de avaliação, seleção e distribuição de obras literárias à rede de escolas do Censo Escolar - por isso, o montante de recursos financeiros para o atendimento do sistema nacional é proporcional à quantidade de livros e escolas do programa. Logo, evidencia-se a construção de um objetivo que age no meio do processo, o fornecimento de obras, enquanto o PRBE vincula a candidatura da biblioteca escolar à rede, levando-se em consideração a capacidade de apresentar projetos e demonstrar disposição à inovação.

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal

As metas estabelecidas pelo PNBE possuem foco na avaliação, seleção e distribuição de obras literárias para todos os níveis de ensino da educação básica. Trata-se de um investimento econômico e da presença de forças institucionais estatais para dispor acervos de literatura para escolas públicas em território nacional, vinculadas a um cadastro geral, conforme exposto anteriormente. Lê-se no texto do PNBE 1: “todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar são atendidas pelo programa sem a necessidade de adesão” (PNBE 1997). Nota-se que a regulação do programa visa atingir as metas de prover todas as escolas que participam do cadastro nacional com o fornecimento de obras; as metas, pois, estão vinculadas à disponibilização de recursos necessários à leitura, ao acesso, ao uso e à produção da informação em diferentes suportes.

A análise documental evidencia proposições em direções diferentes, embora os contextos de influência e de regulação (Ball 2013) da política educativa de leitura recebam redações semelhantes. Por conseguinte, os resultados assimétricos que serão analisados no próximo trecho deste artigo decorrem, provavelmente, desses aspectos. Ou seja, os objetivos são convergentes, mas a estratégia da política de leitura tem foco distinto, produzindo resultados diferenciados.

3. Contextos de influência e regulação semelhantes: resultados assimétricos

O problema de leitura, percebido no contexto de influência, entre alunos e professores da educação básica, recebe resposta por intermédio da

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
regulação da política pública. Neste sentido, os dois programas nacionais não perdem de vista a necessidade do uso do livro para fins pedagógicos e apoio ao currículo escolar.

Os estudos de Ball (2013) são importantes suportes para a análise do ciclo de política educativa, que, neste trabalho, vincula-se, especificamente, à política educativa de leitura. Os contextos de influência e de regulação são tomados como ponto de partida; um lugar de discurso que justifica a formulação de políticas públicas visando à resolução de problemas apontados pela sociedade e pelos representantes dos setores governamentais, os quais afetam a população usuária das ações com foco na leitura.

Deste modo, o PNBE e o PRBE sinalizam a necessidade de favorecer o acesso à cultura letrada por meio da adoção de medidas para equipar a biblioteca escolar com obras de literatura e disponibilizá-las aos usuários. Observa-se que, tanto no PNBE quanto no PRBE, há um ingrediente vinculado ao comércio do livro: o mercado editorial e as associações de comércio de livros buscam influenciar a compra das publicações pelos governos. Esse contexto de influência articula-se rumo à formulação de leis, decretos, portarias, editais, formando um contexto de regulação, servindo de orientação às escolas públicas no que tange a disponibilidade e outros recursos inerentes ao provimento de livros às bibliotecas escolares, bem como a orientação do professor bibliotecário e suas responsabilidades. De acordo com o texto do PRBE:

Os professores bibliotecários asseguram na escola o funcionamento e gestão das bibliotecas, as atividades de articulação com o currículo, de desenvolvimento das literacias e de formação de leitores. Compete-lhes gerir as bibliotecas do agrupamento enquanto espaços agregadores de conhecimento, recursos diversificados e implicados na mudança das

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal

práticas educativas, no suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento da literacia da informação, tecnológica e digital, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania. Compete-lhes, ainda, garantir serviços de biblioteca a todas as escolas do agrupamento. (RBE 1996)

Há, neste documento, orientação quanto à competência da biblioteca escolar na formação de leitores. Neste sentido, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) brasileiro e o Plano Nacional de Leitura (PNL) português são documentos que se associam ao discurso empreendido sobre a formação de leitores e a valorização da leitura como fator de inclusão, desenvolvimento e competitividade de toda a sociedade, que encontra nas instituições escolares solo fértil para a consolidação desses ideais. Assim, escola e biblioteca mantêm historicamente uma relação privilegiada, uma depende da outra. Com efeito, a biblioteca escolar é compreendida como um lugar estratégico para a formação de novos leitores, na medida em que reúne e conserva, mas também organiza e torna disponível, os registros da memória do mundo, a sistematização do conhecimento, despertando vontade de saber entre seus usuários. Em outras palavras, os dois planos nacionais de leitura – no caso brasileiro consta também o livro no título e nas estratégias do plano –, miram na escola as suas estratégias de implementação e consolidação de atividades de leitura.

Todavia, os resultados da política educativa de leitura mostram-se assimétricos. Ou seja, o volume de obras disponibilizadas às bibliotecas escolares – previsto na regulação e implementação do PNBE – não foi suficiente para a mudança na cultura letrada na educação básica, em 18 anos de existência. No contexto de resultados do PRBE, provavelmente, a exigência contida na regulação da política, ou seja, de garantia do professor

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
bibliotecário nas escolas da RBE, bem como a formação continuada para as funções pedagógicas da escola e da constituição de uma rede de bibliotecas, abre espaços para o uso do livro literário entre os estudantes da educação básica. A ligação dos coordenadores regionais das bibliotecas com os agrupamentos escolares e escolas não agrupadas permite o apoio técnico e pedagógico aos professores bibliotecários e às equipes das bibliotecas. Toma-se, por hipótese, que esse fator é uma alavanca para o alcance dos objetivos previstos no programa de leitura.

Os resultados desiguais decorrem também das diferenças socioculturais entre os dois países e das desigualdades sociais que afetam historicamente a população brasileira. No caso da leitura, entre alunos da Educação de Jovens e Adultos, a situação é ainda mais emblemática, considerando que são pessoas que não tiveram acesso à escolarização na idade própria e viveram processos de exclusão social.

4. Livros, leitores, leitura: investimentos e resultados

A análise dos dois documentos nacionais voltados ao livro, aos leitores e à leitura, objeto deste estudo, também considera que a política educativa de leitura está a serviço do processo de alfabetização e escolarização, que se sobressaem perante a formação integral do aluno. A alfabetização massiva de adultos, a partir da segunda metade do século XIX, sem a exigência de certificação escolar, foi sendo alterada no século XX pelo processo de universalização da alfabetização escolar das populações infanto-juvenis e pela certificação e validação de competências de jovens e

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
adultos em um momento da história da educação, no qual surge o conceito de alfabetização funcional, patrocinado pela UNESCO, visando assegurar um mínimo do letramento articulado com a formação técnico-profissional da pessoa adulta. Essa evolução histórica da alfabetização e da escolarização teve e tem influência significativa para os processos de formação de novos leitores. Isto é, a experiência que decorre da escolarização é representada pela leitura de livros que dizem respeito ao currículo escolar, à alfabetização e ao letramento, à cultura escolar. Portanto, a experiência de ler na escolarização passa largo da apropriação do texto de literatura. De acordo com Magalhães (2014, 47), “os métodos de alfabetização tenderam a valorizar o princípio de uma pedagogia de leitura e de escrita como aprendizagem da linguagem e como conhecimento”.

Assim, a diversidade cultural e os gêneros textuais de ficção tendem a assumir uma posição secundária ou marginal frente à alfabetização e à escolarização, os quais vinculam-se ao processo-produto homogêneo, padronizado. A biblioteca escolar estaria a serviço desse compromisso? Possivelmente, principalmente no caso do PNBE, que não pode ser dissociado da conjuntura brasileira quanto aos processos de exclusão social, altas taxas de analfabetismo e de baixa e tardia escolarização.

Outro aspecto diz respeito ao formato da operacionalização da política de leitura. O PRBE sinaliza a construção de uma proposta às bibliotecas escolares no formato rede. O título “Rede de Bibliotecas Escolares” indica que a política educativa de leitura será executada por intermédio da Rede, com critérios que orientam a adesão e o desenvolvimento de projetos de leitura. No PNBE não há essa perspectiva

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
no contexto de regulação, provavelmente em decorrência de que o PNBE envia automaticamente as obras literárias às escolas cadastradas no Censo Escolar e depende da prática de uso do livro que cada sistema adota (ou não), considerando que não há um compromisso de adesão, nem contrapartida quanto aos usuários das redes educacionais (municipais, estaduais e do distrito federal).

Este estudo também procurou olhar as avaliações dos Programas, realizadas por instituições de Ensino Superior. A avaliação diagnóstica do PNBE² (2006) surgiu em decorrência da necessidade da Secretaria de Educação Básica (SEB) obter subsídios, visando a tomada de decisões sobre a política de formação de leitores e das exigências do Tribunal de Contas da União (TCU) que, em 2002, após auditoria em escolas do país, constatou pilhas de livros estocados, sem o uso pela comunidade escolar.

A pesquisa, com o objetivo de conhecer, a partir de amostra estatística, concepções e sentidos de livro e de leitura, escrita e biblioteca que circulam na prática escolar, expressos pelos profissionais das escolas públicas (Costa, 2009), retratou a multiplicidade de dificuldades que enfrentam para estabelecer bibliotecas escolares, garantir funcionamento adequado, possibilitar acesso aos livros, assim como revelou o estado de calamidade em que se encontravam os livros. A avaliação mostra ainda que a democratização do acesso a obras literárias, a partir da distribuição de livros de alcance a diversos segmentos, coleções de livros individuais e coletivos, parece não ter sido alcançada. “A disponibilidade de textos literários e de obras de referência na cultura escolar não é suficiente para

² Realizada pelas professoras Jane Paiva e Andréa Berenblum, foi proposta pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a UNESCO, agência financiadora da pesquisa.

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
transformar as práticas pedagógicas privadas e autoritárias instaladas nas escolas visitadas” (Paiva e Berenblum 2009, 182).

Portanto, esses elementos da avaliação diagnóstica do PNBE (2009), mostram que há diversas variáveis no contexto da prática: ausência ou precariedade de bibliotecas escolares, carência de formação e de professores bibliotecários, envio de obras de literatura às escolas sem a programação de projetos de leitura, práticas pedagógicas que não consideram a importância do livro literário para a formação geral do aluno. Neste contexto de análise, presume-se que o investimento de recursos financeiros e de estratégias políticas não sejam capazes de resolver o problema que se apresenta no discurso da educação contemporânea quanto aos baixos índices de leitura.

As duas avaliações, do PNBE e do PRBE, foram realizadas por professores pesquisadores de programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições de Ensino Superior. A avaliação externa do Programa Rede de Bibliotecas Escolares português foi realizada por uma equipe do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa (2009).

A pesquisa realizou-se em uma perspectiva de análise e avaliação em quatro domínios do Programa RBE: concepção, operacionalização, execução, resultados e impactos. A investigação cita os motivos que levaram à implantação do Programa RBE: insuficiência de hábitos e práticas de leitura da população portuguesa; a necessidade de investir em uma política articulada que fizesse parte o incentivo à utilização do livro nas metodologias de ensino e na organização do tempo escolar e o

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
desenvolvimento de bibliotecas escolares integradas em rede e em uma política de incentivo da leitura pública mais ampla.

A avaliação do PRBE (Costa 2009) reporta-se à concepção fundante do Programa, que está em sintonia com um conjunto de documentos internacionais de referência neste domínio. Os principais documentos são da responsabilidade da UNESCO e da IFLA (Federação Internacional da Associação de Livrarias e Institutos). De acordo com a avaliação (Costa 2009), a qualidade de um programa de políticas públicas começa na sua concepção adequada, porém, por si só, não é condição suficiente para um programa de políticas públicas ter êxito.

No balanço avaliativo do PRBE, os pesquisadores destacam três aspectos relevantes: a) a concepção do Programa RBE foi elaborada com cuidado e profundidade; b) a concepção, os parâmetros fundamentais da RBE foram definidos em consonância com os mais avançados e consagrados referenciais internacionais; c) o Programa ajustou a sua concepção, a partir dessa referência e parâmetros, às especificidades da situação nacional e à diversidade das escolas participantes.

Em termos da implementação do PRBE, conceber e montar na operacionalização um conjunto de mecanismos de gestão, organização, acompanhamento, avaliação e divulgação, para alcançar os resultados esperados e produzir os impactos desejados, foi determinante para a obtenção do êxito. Destacam-se como pontos fortes o Gabinete da RBE, com estrutura específica de coordenação e de gestão; a criação de estrutura intermediária, de âmbito geográfico delimitado, denominada de Coordenadores Interconcelhios, para o acompanhamento das ações,

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
prestando aconselhamento e apoio técnico às escolas, destacada como força estratégica; o modelo de candidatura, com base em padrões de qualidade que pretendem assegurar; o sítio da RBE como instrumento de informação e comunicação e o sistema de informação, compreendido como um conjunto sistematizado e atualizado de dados sobre a Rede.

Por último, a avaliação destaca como relevante o modelo de autoavaliação do trabalho das bibliotecas escolares, tendo como panorama suas contribuições para as aprendizagens, para o sucesso educativo e para a aprendizagem ao longo da vida. Recomenda que a escola conheça o impacto que as atividades da Biblioteca Escolar vão tendo no processo de ensino-aprendizagem, bem como o grau de eficiência dos serviços prestados e de satisfação dos usuários.

O ponto negativo, sinalizado na avaliação, é a insuficiente visibilidade pública do desenvolvimento e da consolidação das ações das bibliotecas escolares. Por isso, sugere a avaliação continuar e reforçar os mecanismos de divulgação do trabalho das bibliotecas escolares da Rede, incentivando a troca de experiências, de instrumentos e de procedimentos de intervenção, estimulando o debate coletivo e fomentando a cooperação ativa entre elas e seus usuários.

Considerações finais

As considerações finais não encerram a reflexão em torno do tema de estudo, mas a análise comparativa dos dois programas nacionais de biblioteca escolar, no âmbito da leitura literária, mostra que há

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
aproximações em termos de concepções de leitura e de formação de rede nacional, bem como distanciamentos importantes quanto às variáveis do processo de adesão, de financiamento e na forma de trabalho previstos no contexto de regulação dos dois documentos.

Ambos procuram ser uma resposta estratégica dos países para o enfrentamento dos problemas de insuficiência de hábitos e práticas de leitura da população, da necessidade de investimento em uma política pública articulada de incentivo à utilização do livro, mediante a qualificação das bibliotecas escolares como acervos de literatura e obras de referência. No contexto da regulação e da prática da política no Brasil, a ênfase localiza-se na avaliação, aquisição e distribuição de livros para as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar, enquanto o documento português adota outra estratégia de gestão. As bibliotecas escolares ingressam na Rede mediante candidatura, a qual considera critérios para aprovação como relevância e mérito da proposta, plano de trabalho visando a mediação de leitura, infraestrutura instalada na escola e disponibilidade de recursos humanos para o atendimento de usuários. A informação da avaliação do PRBE (Costa 2009) revela, por exemplo, que 51% das bibliotecas escolares da Rede receberam empréstimos de documentos para circulação entre as escolas participantes, o que indica que as ações também se articulam com outras iniciativas públicas na área do livro e da leitura.

A avaliação diagnóstica do PNBE (2009), ao relatar os resultados da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que indicam a existência de pilhas de livros estocados em escolas, comprova que, por si só, a distribuição de livros de literatura não é suficiente para alcançar as metas

Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
previstas pelo PNBE. A quantidade de obras distribuídas e o volume de investimentos realizado contrasta, em diversas vezes, ao uso e destino dos livros, bem como com a situação estrutural das escolas. Ou seja, uma política educativa de leitura em larga escala depende de um conjunto de outras iniciativas articuladas em rede, como disponibilidade de infraestrutura física e humana, a formação de recursos humanos para a mediação, tecnologias de informação e de comunicação disponíveis, projetos de fomento à leitura, projetos pedagógicos desenvolvidos na sala de aula, mas também conectados à biblioteca escolar, instrumentos de autoavaliação das ações, entre outros.

Por fim, a análise dos dois documentos de política pública de leitura é tão complexa quanto as suas ações, pois existe uma diversidade de parâmetros e de critérios em cada caso; e nenhuma política isolada é capaz de reverter os índices desfavoráveis de cultura letrada percebidos nos sistemas educacionais dos dois países.

Bibliografia

- Ball, Stephen J. 2013. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: Apple, Michael; Ball, Stephen J. e Gandin, Luís A. *Sociologia da Educação: análise internacional*. Porto Alegre: Penso.
- Barthes, Roland. 2007. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*. São Paulo: Cultrix.
- Brasil. MEC, 1997. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)*. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>. Acesso em 05 de março de 2016.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar Anual*. Brasília: Censo Anual. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em 05 de março de 2016.
- Brasil. *Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)*. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/pnll>. Acesso em 05 de março de 2016.
- Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU). 2002. *Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola*. Disponível em <file:///E:/Arquivos/Downloads/pnbe.pdf>. Acesso em 04 de março de 2016.
- Costa, António Firmino da (coord.). 2009. *Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa, Ministério da Educação.
- Franco, Maria Ciavatta. 1992. *Estudos comparados e educação na América Latina*. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez.
- IFLA/UNESCO. 2000. *The school library manifesto: the school library in teaching and learning for all*. Disponível em <http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/school-guidelines.htm>. Acesso em 04 de março de 2016.

- Política de leitura comparada: bibliotecas escolares em rede no Brasil e em Portugal
- Krawczyk, Nora. 2016. *Pesquisa comparada em educação na América Latina: situações e perspectiva*. São Leopoldo: Educação Unisinos, set./dez. 2013. Disponível em file:///E:/Arquivos/Downloads/3976-20569-1-PB.pdf. Acesso em 05 de março de 2016.
- Magalhães, Justino. 2014. Escolarização e literacias: os sentidos da alfabetização e a diversidade. In: *Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos*. Maria do Rosário Longo Morlatti e Isabel Cristina Alves da Silva Frade (Orgs.). São Paulo: Editora Unesp.
- Magalhães, Justino. 2011. *O mural do tempo: manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Paiva, Jane, e Andréa Berenblum. 2009. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) - uma avaliação diagnóstica*. In: *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan./abr. 2009.
- Portugal. *Plano Nacional da Leitura (PNL)*. Disponível em <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/index1.php>. Acesso em 05 de março de 2016.
- Portugal. MEC, 1996. *Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE)*. Disponível em <http://www.rbe.mec.pt/np4/home>. Acesso em 02 de março de 2016.